

003

ISSN 0102 — 8200

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

01.RC.017446.T/01-0

**AS MULHERES
E OS NOVOS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS
NA AMÉRICA LATINA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SUMÁRIO

AS MULHERES E OS NOVOS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS
NA AMÉRICA LATINA

APRESENTAÇÃO	141-2
TEMA 1 — A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS NA AMÉRICA LATINA	
<i>A Construção dos Novos Espaços Democráticos na América Latina</i> por JUAN ENRIQUE VEGA PATRI..	143-52
<i>Alguns Problemas dos Movimentos de Mulheres no Processo de Transição Democrática</i> por MARIA DEL CARMEN FEIJÓO	153-62
TEMA 2 — AS MULHERES COMO SUJEITOS SOCIAIS	
<i>A Mulher como Sujeito Político: o caso lationamericano</i> por CÉLI REGINA JARDIM PINTO	163-70
<i>Mulheres como Sujeitos Sociais: a diferenciação feminina</i> por MARIA NOEMI CASTILHOS BRITO	171-8
<i>Mães e Avós da Praça de Maio: símbolos de dignidade humana</i> por PIERA PAOLA ORIA	179-89
TEMA 3 — AS MULHERES E O ESTADO	
<i>Participação Real e Espaço Imaginário: a mulher e a democracia na América Latina</i> por MARCELLO BAQUERO e JUSSARA REIS PRÁ	191-202
<i>O Estado e a Condição Feminina</i> por MARIA VALÉRIA JUNHO PENA	203-8
<i>Mulher e Estado no Uruguai do Século XX</i> por SILVIA RODRIGUEZ VILLAMIL e GRACIELA SAPRIZA	209-19
TEMA 4 — AS MULHERES E AS NOVAS PRÁTICAS SOCIAIS	
<i>Mulheres, Feminismo e Novas Práticas Sociais</i> por ELIZABETH SOUZA LOBO	221-9
<i>Alguns Dilemas das Mulheres nos Partidos Políticos: a campanha eleitoral de 1982 em Florianópolis</i> por JULIA SILVIA GUIVANT	231-48
TEMA 5 — AS MULHERES E O COTIDIANO	
<i>Mulheres e Cotidiano: as estratégias do imaginário</i> por SUELI KOFES	249-59
<i>Mulher Chefe-de-família?</i> por CLAUDIA FONSECA	261-8
<i>Cotidiano e Modernidade: a reconstrução da identidade social de mulheres separadas em Porto Alegre</i> por ANA LUIZA CARVALHO DA ROCHA	269-86
CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO	
<i>As Mulheres e a Democracia</i> por RUTH CORREA LEITE CARDOSO	287-304

R. Ci. Soc.	Porto Alegre	v.1	n.2	p.139-304	1987
-------------	--------------	-----	-----	-----------	------

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Sociais

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500
Campus do Vale da Agronomia
91500 Porto Alegre, RS,
Brasil. Telefone (0512) 36-8399

Pede-se permuta.
Rogamos canje.
On demande échange.
We ask for exchange.
Wir bitten um Austausch.
Si richiede lo scambio.

Normalização: Jussara Pereira Santos, CRB-10/9
Biblioteca Central da UFRGS

R454 Revista de Ciências Sociais. — vol. 1, n. 1 (1986)-
- Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da UFRGS, 1986-
v.

1986, v. 1, n. 1
1987, v. 1, n. 2

CDU 3(05)
Ciências Sociais:
Periódicos



Catálogo na Publicação: Biblioteca Central da UFRGS.

- 18 MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974. v. 1.
- 19 ——. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo, Perspectiva, 1981. 493p.
- 20 MACHADO, L. Z. *Identidade e Individualismo*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982. 18p. (Série Antropológica, 33).
- 21 PITT-RIVERS, J. *Antropologia del honor y política de los sexos*. Barcelona, Ed. Crítica, 1979. 266p.
- 22 OAKLEY, A. *Woman's Work: the housewife, past and present*. New York, Vintage Book Editions, 1976. 275p.
- 23 SALEM, T. *O Ideário do Parto sem Dor*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1983. 27p. (Boletim do Museu Nacional, Nova Série, 40).
- 24 TOCQUEVILLE, A. de. A Democracia na América. In: *Escritos Políticos*. São Paulo, Abril Cultural, 1979. p. 185-271. (Os Pensadores).
- 25 VELHO, G. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 149p.

Endereço para Correspondência: João Teles, 165 apto. 310
90210 Porto Alegre, RS.

AS MULHERES E A DEMOCRACIA *

RUTH CORREA LEITE CARDOSO **

RESUMO: O tema tratado na conferência foi qual a relação entre as mulheres e a democracia, explicitada através da participação feminina em movimentos reivindicatórios no Brasil. Foram comparados o movimento pela anistia e o movimento por creches, onde uma *maternidade militante* se expressa modificando, na ação política, papéis femininos tradicionais. Esta renovação da mulher conduziu a reivindicações específicas que se tornaram legítimas frente ao sistema político, mas que ainda enfrentam obstáculos institucionais, faltando a legitimação de um espaço no sistema político para a participação das mulheres.

DESCRITORES: MOVIMENTOS SOCIAIS: MULHERES: DEMOCRACIA
SOCIAL MOVEMENTS: WOMEN:
DEMOCRACY

ABSTRACT: The theme analyzed in the conference was about the relationship between women and democracy explicited through feminine participation in demand movements in Brazil. The movement for amnesty and the movement for child care homes where a *militant maternity* was expressed, modifying traditional feminine roles in the political action. This renovation of women reconduced to specific demands which were considered legitimate in the political system, although they still face institutional obstacles. This caused a lack of legitimacy for an internal political space in the political system for women participation.

O tema que me foi proposto para esta conferência é bastante difícil: mulher e democracia. A questão é como fazer a ligação entre duas coisas, que todos nós damos como pacificamente relacionadas. Que a relação existe todos aceitamos, qual é a relação é um problema muito complicado que certamente não vou resolver hoje, mas vou caminhar por algumas pistas que permitem pensar melhor esta relação.

Quando digo que ninguém duvida desta relação entre mulher e

* Conferência de encerramento do Seminário.

** Professora Assistente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.

democracia há várias razões para que exista este suposto consenso: a primeira razão é que a luta das mulheres, o movimento de mulheres é um movimento que nasce de uma luta pela libertação, é um movimento que faz parte dos movimentos libertários dos anos 60, é fruto direto de 68, de tudo o que significou 68 como data simbólica, é um pouco o espírito da revolução estudantil, embora nos Estados Unidos tenha dado de outra maneira. Mas são anos em que a questão da libertação, da discriminação aparece como um tema político e é neste contexto que a luta das mulheres aparece, que as mulheres como presença política se manifestam.

De modo que, sem dúvida, a idéia de que é uma luta contra a repressão e a discriminação faz dela uma luta que se qualifica por ser democrática. Mas, essa relação muitas vezes obscurece alguns lados destes movimentos, trazendo uma série de complicadores. Esta questão de ser uma luta contra a chamada repressão, não a repressão política, mas a repressão dos costumes, uma luta no nível do privado, trouxe também muita confusão não só para o movimento de mulheres mas para os outros movimentos libertários também. Muito freqüentemente, se assimilou rapidamente a idéia do autoritarismo nas relações pessoais ao autoritarismo de Estado e tudo muito cinzento, sem muita explicitação. E talvez porque ficou cinzento também ficou aceita esta relação entre uma maior democratização e a luta contra a discriminação.

Além disso, essa luta estava baseada em uma idéia de igualdade, em conquistar uma nova igualdade, a igualdade entre os sexos, que era formal, mas não era real. Então, mais um elemento para que evidentemente se assimile este movimento como um movimento que tem a ver com a democracia, que está inserido em uma luta maior que seja uma luta democrática. E além disso, exatamente porque ela é uma luta que pretende uma igualdade real, que pretende alterar relações que são relações desiguais, ela também aparece como uma luta de extensão da democracia. Insere-se bem no caminho das conquistas democráticas, dos direitos civis, da extensão da cidadania, quer dizer, nós estávamos lutando (estamos ainda, porque ainda não conquistamos) por uma cidadania real, para que essa igualdade, ou seja esses direitos que possam estar reconhecidos legalmente sejam direitos reais estendidos a toda uma população, daí parecer como uma extensão da cidadania e ter também este caráter democrático.

Junto com esta extensão da cidadania vem também uma renovação dos temas políticos na medida em que ela traz temas que eram do privado para a área da política.

Essas são as características principais, do senso comum, que são lembradas quando se fala do movimento de mulheres e é preciso que se liga logo com o processo de democratização da socie-

dade e às vezes também como processo de democratização de sistema político.

Mas, mais que isso, estes movimentos também se inserem junto com todos os outros, em um caminho muito específico destes anos complicados, destes anos 60, começo dos anos 70, onde os movimentos sociais apareceram como formas libertárias, formas espontâneas, formas que representavam um novo vigor na sociedade, que traziam, portanto, sujeitos políticos novos para atuar através dessa conquista da nova cidadania. Isto quer dizer que temos novos sujeitos e as mulheres são um novo sujeito que estão se opondo, estão criando formas de atuação política distintas daquelas que o sistema político tradicional oferecia, distintas dos partidos, distintas mesmo dos sindicatos, das outras formas associativas reconhecidas, institucionalizadas e tradicionais. Tudo isso em nome desta espontaneidade e deste vigor dos movimentos sociais.

Os partidos, os sindicatos, todas as formas institucionais apareciam como formas manipuladoras, como formas rotineiras de fazer política, como aquilo que se repete, com o que já existe e existe para manipular, existe para, de certa maneira, não permitir a representação real dos interesses. Os movimentos sociais apareciam como expressão espontânea daquilo que era direito e desejo ao nível do político. Evidentemente, com todas estas características tão positivas, é claro que estes movimentos estão, para nós, indissoluvelmente ligados a idéia de uma democratização que seja claramente uma democratização da sociedade e frequentemente também uma democratização do sistema político.

Chega-se assim a um problema complicado, pois, como já disse, todos aceitam que mulher e democracia estão juntos e o difícil é saber realmente qual é a relação que existe entre elas, qual é efetivamente a relação que existe entre as lutas das mulheres e um processo de democratização tanto da sociedade quanto do Estado e do sistema político.

É evidente que esses movimentos na sua diversidade, com suas idas e vindas criaram algumas coisas novas. Criaram, certamente, formas novas de pressão sobre o Estado. O movimento das mulheres, ao lado de outros, criou formas diferentes de pressionar o Estado e talvez essa a razão pela qual todos eles são vistos como alternativas aos partidos, como caminhos paralelos aos partidos. Na verdade, conseguiram alguma eficácia nisto, mas não criaram um canal político; não criaram, realmente, uma relação definida de reivindicação e de atuação sobre o Estado.

Estou dizendo que formaram grupos de pressão porque nós conhecemos no movimento feminista uma longa discussão (a mais bonita delas feita por Sheila ROWBOTHAM, que escreveu *Além*

dos Fragmentos (São Paulo, Brasiliense, 1981. 240p.) sobre a dupla militância. Este tema aparece como resultado da angústia de não saber o que fazer com estas formas de pressão que as mulheres descobriram junto com outros movimentos. Como juntá-las como os canais institucionalizados de fazer política?

Esta combinação difícil permanece até hoje, quer dizer, ela é problema desde o começo do movimento feminista e ela permanece até hoje. Não é exclusividade também do movimento feminista. Aqui é importante lembrar que, na verdade, essas pressões conseguiram efetivamente alguma eficácia.

Talvez no Brasil não tenhamos tido tanto sucesso nesta conquista de modificações, por exemplo, legais, institucionais ou políticas. Mas, em outros países, certamente, ela foi bastante feliz ao eleger, como movimentos a comunicação direta com o Estado, através das agências encarregadas da formulação de políticas. É neste caminho que atuam os movimentos sociais. Eles tem um diálogo direto com as agências públicas e se fazem reconhecer por estas agências. Certamente, o que o movimento feminista fez e conseguiu, e, até aqui conseguimos em parte, é uma legitimação das mulheres como uma categoria a ser atendida, uma categoria a ser reconhecida como tal. Em grande parte este reconhecimento é discursivo, ele não é efetivo, mas não tem tanta importância. Sempre se começa assim e do discurso se tem que passar à prática porque o discurso traz implicações práticas também.

Dirigindo-se ao Estado, os movimentos sociais ficam frequentemente laterais ou paralelos à atuação dos partidos e dos sindicatos; e mantem com cuidado essa separação defendendo sua autonomia.

Porque permanecem separados? Parece importante notar que há uma lógica diferente na própria organização dos movimentos sociais que é própria deles e que é realmente a base fundamental que une esse conjunto de movimentos tão disparatados, às vezes até contraditórios, que frequentemente lutam por objetivos competitivos uns com os outros. Muito frequentemente a luta do movimento negro é contraditória com a luta das mulheres que, por sua vez, pode ser contraditória também com outras lutas que estejam existindo na sociedade.

A base comum para estarmos falando dos movimentos sociais parece-nos ser a forma de atuação, a forma de mobilização das pessoas. Em todos estes movimentos modernos, contemporâneos, temos basicamente uma idéia de que a política se faz através da experiência e que a experiência é intransferível e que esta experiência é que qualifica as pessoas como agentes políticos.

O movimento de mulheres é de mulheres, podemos ter homens que apoiam o movimento de mulheres, mas a sua própria

natureza vem de uma experiência de discriminação que supostamente (não sei se concordo totalmente com isto, mas este é o discurso do movimento) só pode ser vivido e conhecido pelas mulheres. O movimento dos negros é dos negros, os brancos podem apoiá-lo mas, de qualquer maneira, eles serão sempre um segundo time, serão sempre os reservas na lutas, porque eles por mais que tenham uma relação positiva com o reconhecimento da discriminação racial, eles nunca a viveram.

Há necessidade de se passar por uma experiência vivida e é isso que constroi essa categoria que então se apresenta como uma categoria política, se apresenta diante do Estado e do sistema político como reivindicadora de direitos. Não é à toa que todos esses movimentos passam, quer no caso das mulheres pelos grupos de reflexão, no caso dos negros também por coisas muito parecidas com estes grupos, mas as voltas inclusive às comunidades tradicionais, etc., como recuperação de uma experiência que é vivida de modo fragmentado dentro da sociedade em função da discriminação e que só pode ser mais ordenado e construído de um modo global através desta convivência específica que os movimentos costumam chamar de comunidade. É isso que aproxima estes movimentos que estou chamando de libertários também dos movimentos populares porque nos movimentos populares, nas reivindicações nos bairros, nos grupos que vão reivindicar água, creches, escolas, seus direitos, movimentos chamados movimentos urbanos, também nós vemos uma construção de um sujeito através de mecanismos muito parecidos.

Evidentemente é diferente porque se para as mulheres existe realmente uma experiência de discriminação vivida em comum, e que pode, inclusive, atravessar as classes, para os negros também, para uma população pobre esta experiência não existe de um modo igualitário, talvez hajam mais distinções no modo de vida de pessoas que vivem em um bairro pobre, que participam de um grupo reivindicativo de uma comunidade da igreja, ou de alguma coisa organizada do ponto de vista local, talvez existam mais distinções neste caso do que contatos porque realmente existem certos elementos de discriminação sexual que aparecem em todos os contextos.

Quando pensamos em um bairro de periferia, freqüentemente temos o dono de um pequeno negócio que está sentado ao lado, numa comunidade da igreja, de um vendedor ambulante e ao lado de um servente de pedreiro da construção civil, onde, portanto, as diferenças inclusive como estilo e experiência são bastante diversificadas e no entanto, essa pequena heterogeneidade (não estou querendo mostrar que sejam de classe nestes grupos populares) mas quero mostrar que a experiência cotidiana é uma

experiência diferente e é essa experiência cotidiana que esses movimentos sociais trabalham e recolhem.

Apesar desta experiência cotidiana ser um pouco diferenciada, ela tem em comum, evidentemente, uma série de carências, basicamente faltas, isto é, falta água, falta escola, falta luz, etc. Mas falta diferentemente porque quem tem um nível de vida um pouco melhor pode tentar resolver isto também através de vias individuais mas o que vemos é que nos nossos países, especialmente na América Latina (mas também não sei se é muito particular da América Latina) nós assistimos a um momento político em que houve a construção de um discurso que unificou esta experiência e encontrou um ponto de unificação desta heterogeneidade é o discurso da pobreza.

Quando a Igreja diz que faz a opção pelos pobres, a Igreja começou a construir um discurso que é um discurso unificador e que, ao mesmo tempo, se refere a uma experiência real, a uma experiência vivida, então, se ela não recolhe realmente da própria experiência, dos próprios grupos de reflexão como fazem as mulheres pensando sobre sua própria biografia, ela constroi um laço de união através deste elemento discursivo. Ao me referir a este elemento discursivo, não quero dizer que ele não tem nada a ver com a realidade, ao contrário, o discurso só tem a ver com a realidade e é elemento criador de uma prática que também constroi essa realidade e é isso que nós assistimos, nós assistimos a um laço que é criado discursivamente e que é capaz de gerar uma prática coletiva, então não é um discurso pairando no ar, mas é um discurso que fundamenta e que cria uma prática coletiva.

É porisso que nós assistimos a essa movimentação, muitas vezes exagerada em termos numéricos quando se fala disso no Brasil, mas importante sem dúvida. Não importa se são milhões de pessoas que estão mobilizadas através de seus locais de moradia, em associações de moradores ou em comunidades da igreja, ou em grupos que lutam por um posto de saúde, etc. Não é tão importante o número de pessoas que está efetivamente engajada nisso mas é importante porque é efetivamente um fenômeno novo e é um fenômeno novo neste sentido, na criação inclusive de laços diferentes que unem grupos e fazem deles novos atores no sentido deste diálogo com o Estado que se refez e se renovou.

Só que se renovou novamente de um modo direto: cada vez mais o que nós assistimos com toda esta mobilização que é também resultado de uma mudança grande da própria sociedade e especialmente da atuação dos meios de comunicação, que são, na verdade, o grande elo de tudo isso, nós assistimos também a um modo diferente de apresentar reivindicações que, pelo menos

para o Brasil, é bastante recente. Não é mais o sistema político representativo tradicional que é o caminho destas reivindicações. As agências públicas, de um modo bem geral, porque são realmente as agências públicas, inclusive no seu sentido terminal, são os órgãos terminais do governo, é a administração regional, é a prefeitura no caso, é o setor regional da secretaria da saúde, é a empresa que cuida da água ou do saneamento, são elas que estabelecem o diálogo com essa população e esse diálogo passa cada vez menos pelo sistema político representativo.

Creio que todos, mesmo os mais jovens, ainda se lembram do tempo que no Brasil ainda se procurava carta de deputado para fazer estas coisas: quando se queria água numa rua, o caminho imediato, a primeira coisa que se lembrava era pedir uma carta de deputado ou de vereador que mais ou menos acompanhava e, dependendo do prestígio do padrinho, as coisas andavam mais depressa ou mais devagar.

É evidente que houve também uma transformação deste aparelho do Estado, que o papel do planejamento em tudo isso é muito grande e que hoje não se pode mais, com uma cartinha de um deputado, mudar o caminho de uma adutora que vai trazer água.

Sempre que existe qualquer tipo de organização social, os partidos políticos estabelecem com esta organização uma relação muito mais do que inversa. Eles é que passam a ser os despachantes dos movimentos sociais, que mais ou menos são os introdutores, aqueles que marcam a conversa com o prefeito, aqueles que aparecem, que facilitam a comunicação ... etc. Isso não quer dizer que eles perderam o sentido, quer dizer que mudou o sentido, que mudou também este papel que o sistema representativo parlamentar tem na sociedade porque mudou o aparelho do Estado.

Mas enfim, não é esse o nosso tema, não vamos caminhar muito por aí. Eu só queria mostrar que estes dois sistemas que ficam paralelos, os partidos e os movimentos sociais, tem razões de ficar paralelos porque eles tem lógicas diferentes de funcionamento.

Se a lógica para participar de um partido é a do reconhecimento dos indivíduos enquanto tal, nós todos quando participamos de partidos, participamos enquanto indivíduos, aderimos a um programa, trabalhamos em função de certas idéias-chaves que mobilizam um certo setor da sociedade e temos uma visão sobre eles. Quer dizer, este programa nos dá visão do que é ou deveria ser o estado e a sua relação com a sociedade.

Dentro dos movimentos sociais não é isso o que acontece, ninguém é indivíduo nos movimentos sociais, são pessoas, os indivíduos nos movimentos sociais são pessoas integrais: são do-

nas-de-casa, são pedreiros, cada um é morador de um local, existe uma trama local que está sempre presente e que faz com que as pessoas tenham identidades próprias ao estar ali. Mas essas identidades próprias também não são totalmente divergentes, elas constroem a idéia de uma comunidade. Quando eu dizia que o discurso constrói um laço específico, é que ele constrói a idéia de uma comunidade e certamente que a comunidade não existe, a palavra talvez mais usada hoje, é realmente uma ficção.

Sendo assim, nós não podemos pensar em comunidade, pelo menos tal como costumamos definir comunidade, mas sim que existe a criação desse lado de interpessoalidade, de experiência comum, de troca de informações, de criação de um laço particular que é a base de todos esses movimentos e que se manifesta, evidentemente, de maneiras muito diversas, como por exemplo, no movimento feminista ou no movimento de bairro mas que está ali presente.

Estou tentando com isto mostrar que, pelo menos no meu ponto de vista, é difícil estabelecer tanto uma semelhança quanto uma diferença muito grande entre esses diferentes movimentos sociais. Sei que em geral a literatura que lida com isto, pelo menos na América Latina, procura estabelecer essa diferença radical, o movimento de classe média e o de classe popular é isso, é sempre assim que se ouve falar desses movimentos e com isso se estabelece uma separação. Não sei que medida de separação é útil, uma vez que ela me remete sempre a idéia de que o papel político desses movimentos e a sua lógica de ação estaria ligada a uma lógica de classes mal explicada. Pode ser até que seja verdade, que esteja ligada a uma lógica de classes, mas só que é preciso ser um pouco mais rigoroso, um pouco menos metafórico e não se limitar a falar em classes populares e em classes médias. Essas são exatamente as duas designações mais abstratas com as quais se pode referir ao problema de classe de modo que sempre fico apreensiva quando se faz esta diferença, pois ao fazê-la se está exatamente tentando não pensar no problema da classe, mas excluí-lo ou incluí-lo na discussão de uma maneira absolutamente imprecisa.

Como eu dizia, tomando o local como a base da mobilização, que é o que acontece com estes movimentos, é muito difícil falarmos em alguma coisa que seja classe popular e que faça sentido. Então acredito que estas distinções só atrapalham e além de atrapalharem, por essa razão nos dificultam de pensar nas intersecções que existem entre coisas tão diferentes como os movimentos populares e os movimentos libertários. Eles são diferentes, não estou aqui tentando reduzi-los a mesma coisa, porque seria realmente um trabalho inútil mas, ao contrário, tentar pensar as diferenças porque nós pensamos também as semelhan-

ças. E vemos que este mecanismo da criação da comunidade, da ação em termos pessoais e de um elemento mais que é a criação do consenso, ou seja, a idéia de comunidade já supõe um consenso e a ação destes movimentos sempre é uma ação que está baseada na criação de um consenso. O que não quer dizer que o consenso exista, ele tem que ser criado para que a ação seja possível.

Bem, com essa introdução relativamente longa eu estava querendo um pouco mostrar a vocês como é que penso esse problema dos movimentos sociais para entrar um pouco, sem me demorar muito, nas discussões sobre mulher e democracia. Acho que temos obrigação de pensar um pouco concretamente também na nossa situação que é bastante difícil agora e onde as mulheres tem de encontrar um espacinho de representação de seus interesses também.

Neste sentido, com as idéias apresentadas a respeito dos movimentos sociais, quero refletir um pouco sobre a realidade que nós vimos no Brasil. Acho que posso falar mais ou menos sobre os últimos dez anos desta grande mobilização de mulheres, fazendo referência tanto ao movimento feminista como ao movimento de base porque exatamente quando pensamos em mobilização de mulheres num país como o Brasil, temos que pensar estes dois lados. Quer dizer, elas estão presentes tanto no movimento feminista e movem este movimento, e estão também majoritariamente, esmagadoramente presentes nos movimentos ditos populares, nos movimentos de base. Então, essa é uma realidade que tem que ser pensada.

Os movimentos populares são sempre vistos e às vezes chamados de movimentos femininos porque eles próprios não querem se identificar como feministas e porque, também frequentemente as feministas não os querem identificar como movimentos feministas. Isso se verifica uma vez que eles não aderem imediatamente nem ao nome nem as teses feministas, nem as teses básicas do movimento feminista. Agora, por outro lado, também por mais superficial que seja nossa observação sobre essas coisas que estão acontecendo aqui no nosso nariz, nós vemos que essas mulheres mobilizadas nesses movimentos populares são mulheres que ganharam uma relativa independência e que começaram a participar efetivamente de temas políticos e de ter uma nova visão. São mulheres diferenciadas, digamos. Elas não são as mesmas mulheres da grande maioria das classes populares. Aqui mesmo nesse seminário tive oportunidade de ouvir a fala de uma senhora Presidente de um Clube de Mães o que nos dá a idéia dessa famosa distinção femininos, feministas e também da presença das mulheres em movimentos bastante diferenciados. O que eu quero mostrar para vocês é que existe um fenômeno que

é este da grande participação das mulheres em coisas muito diferenciadas e que falar em movimento de mulheres no Brasil é uma coisa meio constrangedora porque tanto são as mulheres feministas que organizam seus grupos, que fazem trabalhos inclusive de classes populares e também esta estranha presença de mulheres de classes populares em outros tipos de movimentos, que tem as suas semelhanças, mas que tem também diferenças bem claras. Esse problema tem atrapalhado bastante as pessoas que escrevem sobre isto que não sabem muito bem o que fazer com os movimentos de custo de vida, movimentos de creche, movimentos por escolas que mobilizam quase que exclusivamente mulheres, os clubes de mães, as comunidades da Igreja e que, na verdade, tem um traço diferente dos movimentos ditos de mulher para as mulheres que refletem sobre a experiência feminina.

Tem uma autora, uma moça cubana que fez um trabalho aqui no Brasil, que vive nos Estados Unidos e se chama Sonia ALVARES, ela inventou para isso um nome que eu acho muito interessante: é a *Maternidade Militante*, porque são todos movimentos dos quais as mulheres participam como mães e exploram esse seu papel e é em nome desse seu papel de mães que elas se apresentam como reivindicadoras e organizam os grupos reivindicantes. Há um outro movimento que poderia cair muito claramente nessa mesma caracterização que é o movimento pela anistia. Foi também um movimento de mulheres, que também explorou o papel de mãe ou de esposa, mas que explorou de uma maneira diferente. Também parece claro que se vê uma diferença entre o movimento de anistia e estes outros movimentos ainda que todos pudessem ser chamados de *maternidade militante*.

Vamos tentar ver um pouco esta diferença e as conseqüências que isto tem. Acho que a utilização dessa condição de maternidade foi importante porque na verdade ela abriu as portas de um espaço político que antes era inexistente, abriu tanto para o movimento da anistia como para os movimentos de bairro e certamente essas mulheres passaram por uma modificação.

Porisso é que fiz esta longa introdução a respeito do modo de funcionamento dos movimentos sociais porque também estes movimentos de bairro, quando vão reivindicar creche e quando de repente vários se unem num movimento de creche bastante forte, como ocorreu em São Paulo em 1981/82, (depois mais ou menos decaiu) é claramente a abertura de um novo espaço político inexistente e o reconhecimento deste espaço político. Quer dizer, estas mulheres que reivindicaram creche, que eram mulheres da periferia de São Paulo, encontraram uma resposta no Estado, uma resposta desastrosa na medida em que as creches que foram construídas na cidade de São Paulo são um desastre absoluto. É uma resposta errada, não era a esperada pelo movimen-

to de creche, o que inclusive causou um problema muito sério de redefinição desse movimento que até agora não encontrou muito seu novo caminho, mas certamente foi o reconhecimento de um novo direito, de um novo espaço de luta. Na cidade de São Paulo havia três creches públicas até 1980 e quando terminou o primeiro Governo de Reinaldo de Barros, do Partido Democrático Social (PDS), foi quando este movimento teve uma força muito grande, na época só tinha 160 creches e ele havia prometido 300, agora continuamente se entrega praticamente uma creche por semana como resposta a esta pressão. Então seria realmente não enxergar as coisas se nós não vissemos que este é um espaço novo, que era um espaço de reivindicação inexistente e que foi construído em nome das mulheres, pelas mulheres enquanto mães, enquanto mulheres que reivindicam o direito de trabalhar fora, etc. e que realmente teve um reconhecimento.

Dei este exemplo de propósito porque quero mostrar que quando estou dizendo que há o reconhecimento deste espaço não quer dizer que a reivindicação seja atendida. Acabei de dizer que estas creches são um desastre e que realmente era melhor que nem tivessem sido construídas porque a resposta a elas na medida em que houve um atendimento se tornou uma colaboração política mais complicada, mas de qualquer maneira é uma demonstração de que há um relacionamento direto e que este relacionamento termina como uma vitória ou como uma derrota, mas de qualquer maneira como um reconhecimento de uma nova categoria de problemas e com o reconhecimento também da categoria reivindicante que são as mulheres que lutam por creches.

Tentando seguir ainda um pouquinho na comparação desses dois tipos de movimentos, poderíamos citar outros exemplos, mas para ficar mais breve, vamos tomar o movimento de anistia e os movimentos de bairro liderados por mulheres, qual seria a diferença entre os dois casos?

O movimento por creches, por exemplo, por escola, por água ou por bairro, é um movimento que de toda maneira está lidando com uma questão que diz respeito à mulher. Quando se coloca a questão da creche se coloca a questão do trabalho e da mulher, inclusive uma coisa curiosa é que nos vários grupos que pesquisei deste movimento de creche em São Paulo, as mulheres mobilizadas não trabalhavam fora de casa e alegavam que a creche era para as mulheres que trabalhavam fora de casa. Este era um critério prioritário na escolha das crianças que iriam ser atendidas pela creche. Elas então estavam lutando por um direito que necessariamente não seria utilizado por elas mas que seria utilizado por outras mulheres. O que é que isto nos faz pensar? Que elas são bem intencionadas e realmente querem resol-

ver o problema do menor abandonado, etc? Também, mas para chegar a isso, passa-se por uma discussão, que é uma discussão interessante da legitimidade do trabalho da mulher. Lutar por creches significa superar duas barreiras desse papel tradicional de mãe. O primeiro, que é legítimo a mulher trabalhar fora de casa ainda que ela seja mãe e, portanto, que ela tem direito que o Estado dê um equipamento que permita o cuidado das crianças. O segundo é que é legítimo que não seja a mãe que cuide das crianças e isto me parece inclusive o ponto mais importante.

Até pouco tempo atrás a discussão sobre as creches passava por um outro caminho, se era ou não legítimo e/ou desejável que as mães abandonassem seus filhos e fossem trabalhar fora. De repente, como nós vemos, as donas-de-casa mobilizadas indo reivindicar creches, isto quer dizer que é uma legitimação que elas mesmas estão dando para que o cuidado das crianças seja feito de outro modo, que seja um encargo público e não um encargo materno. Bem, estas coisas não se fazem sem mudanças importantes na prática e na ideologia das mulheres, não se fazem também de um dia para o outro e não se fazem movidas só pela necessidade.

Um outro elemento importante que é preciso ser colocado é que a explicação da existência desses movimentos sociais exclusivamente pela necessidade crescente, ou pela carência crescente da periferia das grandes cidades, parece um pouco capenga. Não que isto não tenha sentido, realmente não se vai reivindicar algo que não se necessite, necessidade tem que ser um elemento fundamental da reivindicação, mas também, ela sozinha não explica porque de certa maneira sempre se necessitou de creches, escolas. Enfim, todas as reivindicações que estão aí, água esgoto, tudo isto, não existiam nas cidades brasileiras há alguns anos atrás e ainda não existem em muitos lugares. Portanto, o problema é explicar como se criou o espaço dessa reivindicação e como ela consegue realmente mobilizar um grande número de pessoas. Este é que é o fenômeno novo, não é a necessidade que é nova. Ela pode até ter se agravado, mas ela não é nova. O fenômeno político que é um fenômeno novo e aí me parece que nós não entenderemos a criação deste espaço se nós não recuperarmos este caminho pelo qual o movimento social mobiliza as pessoas.

Estas mulheres que são reivindicadoras de creches vêm grande número de clubes de mães (se não de outro tipo de associação) nos quais esta troca de experiência, este discurso da igualdade, essa criação de consenso, essa criação da idéia de uma prática política coletiva que é patrimônio de todos e que só se faz por consenso é caudatária deste tipo de mobilização. São

exatamente os clubes de mães que fazem isto com as mulheres da periferia, há portanto uma mudança que não é uma mudança de conscientização porque não é só através da consciência. É exatamente através de uma mobilização que altera a vida cotidiana dessas mulheres que se abre a possibilidade da redefinição de temas tão tradicionais e tão complicados como este que é o de cuidar das crianças, a aceitação de que as crianças podem ser bem cuidadas numa creche e até chegar a que é dever do Estado cuidar das crianças. Portanto, aliviando pelo menos, se não retirando o papel da mãe, deixando à mãe um papel que é de alguma maneira complementar, ainda que fundamental com relação a este papel do Estado.

O que estou querendo mostrar é que estes movimentos, dos quais tomei como exemplo o movimento de creches, passam pela colocação de questões que dizem respeito ao gênero, à categoria mulher, ao gênero feminino. Eles lidam com estas questões não diretamente, não em função de uma ideologia feminista na sua totalidade, na sua globalidade, mas eles lidam porque têm este processo da comunidade das questões de discussão em conjunto, de criação de consensos, que é uma discussão política, eles criam as condições para essas reelaborações que estão na base dessa atuação das mulheres. Curiosamente essas mulheres começam a discutir uma série de questões. Eu diria que as mais importantes são aquelas diretamente ligadas ao cotidiano das mulheres. São as creches as mais renovadoras, são as creches e a questão do planejamento familiar, que também é uma questão importante que entra inclusive nas discussões dos grupos da Igreja. Por que? Porque no momento em que as mulheres se identificam com uma condição feminina elas começam a ter necessidade de discutir estas questões que são específicas da sua condição feminina e estas discussões começam a entrar juntas, a existir juntas e são juntas que criam estas modificações.

Então esta *maternidade militante*, as mulheres que fazem este papel de militante da maternidade, mudaram bastante o papel tradicional feminino, mudaram bastante a sua concepção do que é ser mãe. Elas ainda estão lutando como mães, elas ainda estão reivindicando um direito para as mães e as esposas, para os papéis tradicionais, só que já não são mais os mesmos papéis.

Acho que aí também não se pode deixar de pelo menos indicar que os meios de comunicação de massa tiveram um papel enorme nesta transformação. Acredito que no Brasil, por exemplo, essa grande participação das mulheres nunca vamos entender, se nós não entendermos que, por situações políticas específicas, tivemos uma enorme abertura nos meios de comunicação para a problemática da mulher. Existem programas na televisão, novelas, noticiários que constantemente lidam e apresentam pro-

blemas que, às vezes são até espantosos que estejam na televisão e nós fomos nos acostumando com isto. Já não se pode dizer a mesma coisa da imprensa escrita, mas como ela tem menos influência não tem importância. Ela tem influência nos meios mais letrados onde as mulheres lêem outros lados dessa informação. Mas acho que isto também ajudou a criar uma legitimação de toda essa transformação que eu diria ideológica (com grande liberdade do termo) que ocorreu através dessa prática. Não estou dizendo que os meios de comunicação são os grandes indutores dessa transformação porque eles realmente cairiam no vazio, se não houvesse uma prática cotidiana transformadora. Também não quero dar a impressão de que apenas os pequenos grupos comunitários e o seu processo de elaboração e reelaboração da sua experiência cotidiana é criador de uma legitimidade para uma ação política porque para isto é preciso alguma coisa de mais geral e também legitime esta ação e acho que os meios de comunicação tiveram um papel neste caminho.

Se nós pensamos no movimento de anistia, que evidentemente foi um movimento fundamental e muito importante no país, talvez o primeiro grande movimento de mulheres depois de anos de autoritarismo com expressão clara, vemos que neste movimento não assistimos a uma reelaboração do papel feminino. Ele também é um movimento de mães, esposas etc., mas ele não exige essa reelaboração. Não é que ele não fez, não quis fazer ou porque se limitou, é que ele não exige isso, ele é um movimento de outra ordem. Ele está dirigido para um outro interlocutor que também é o Estado, mas este diálogo se dá de um modo diferente e é também por isto que o movimento da anistia vai ser aquele que vai mais rapidamente se cruzar e praticamente se desmanchar no encontro com os partidos políticos. As lideranças do movimento da anistia rapidamente se transformaram em mulheres que são lideranças político-partidárias no país. Isto não é ruim, isto até é positivo, mas então é um outro caminho, porque nos movimentos populares o que nós assistimos também é uma resistência à participação política partidária. São movimentos de mulheres, são movimentos que me parece tem caráter renovador, abrem o espaço da participação política, as mulheres discutem política nesses grupos, discutem até com grande entusiasmo temas políticos; política nacional, direitos humanos, mas eles têm um isolamento com relação a partidos, com relação à política partidária. Inclusive, em uma pesquisa que realizei em São Paulo, em 1982, para acompanhar a época da campanha eleitoral em vários bairros da cidade, isto era absolutamente claro. Os grupos de mulheres não se engajaram nas campanhas políticas em todos os bairros que observei. Havia grupos, alguns ligados à Igreja, alguns que tinham começado na

Igreja e tinham se separado — também há muito dessa dinâmica do isolamento da Igreja —, porém com relação aos partidos, observava-se que o partido continuava a ser coisa de homem e elas dizem isto e sentem assim e não sentem nenhuma atração pela política partidária. Pelo contrário, existe uma grande rejeição por aquilo que se pode chamar propriamente de política partidária.

Então é nesse sentido que eu dizia que esses movimentos andam paralelos. Eles são paralelos num certo sentido. É claro que há conexões e que as mulheres votam, elas às vezes fazem campanhas por outras mulheres e se engajam de alguma maneira, mas elas não se engajam partidariamente. Engajam-se em candidaturas, se engajam em determinados momentos, são eleitoras, discutem política, mas o mecanismo da sua participação é diferente. A lógica que as leva a participar é diferente.

Eu acho que isto já coloca um problema importante para refletir um pouco, de qualquer maneira o nosso tema é mulher e democracia. Então nós poderíamos ficar satisfeitas dizendo como já se disse muitas vezes na apologia dos movimentos sociais de que esta participação das mulheres nestes movimentos é em si mesma uma nova participação política que traz as mulheres para o cenário político e que inclusive esse isolamento é mais na medida em que ele preserva as mulheres das famosas manipulações partidárias. Agora, por outro lado, nós estamos vivendo momentos de novas institucionalizações. Nós estamos pensando inclusive numa Constituinte para este país. Estes direitos das mulheres, essa nova cabeça das mulheres que legitimou determinados direitos, que têm reivindicações específicas com relação à sua condição feminina, como essas que eu mostrei, tem que se fazer presente e querer se fazer presente, pois de toda maneira, é óbvio que existe uma certa clareza que o limite dessa participação é conseguir institucionalmente que o poder público incorpore essas reivindicações femininas. Ou seja, que o poder público tenha políticas para as mulheres, tenha uma política de creche, de planejamento familiar, tenha uma política de saúde, de educação e assim por diante.

Essa renovação trouxe já esses temas como temas legítimos do sistema político, mas é como se faltasse o elo de ligação entre eles, então parece que o gancho é mais fácil quando nós pensamos em movimentos como o movimento da anistia e é mais difícil quando nós pensamos em movimentos do tipo dos movimentos populares urbanos. Temos que refletir bastante a este respeito porque inclusive temos aí uma situação nova diante de nós que é de uma nova institucionalização, onde estas questões todas têm que ter sua vez, sua expressão. E, para ter sua vez, sua expressão, tem que se estabelecer uma conexão com o sis-

tema partidário, com o sistema político em geral. Falo no sistema partidário porque é o mais óbvio e nesse sentido a minha visão talvez seja um pouco pessimista ao considerar que temos mulheres que, partindo de um movimento social, se tornaram mulheres políticas, no sentido da participação partidária, mas porém não foram aquelas que trouxeram para a política as questões da mulher, as questões específicas de gênero e se incorporaram à política como indivíduos, como cidadãos, como qualquer outra pessoa. E, aquelas que renovaram em termos da questão de gênero estão isoladas e afastadas da institucionalização política. Então temos aí um problema que eu acho que não tenho nenhuma receita para resolver. Não pretendo dar nenhuma solução, nem acho que qualquer reflexão, por mais cuidadosa que ela seja, tenha que trazer uma solução para este problema. Acho que esta solução terá que surgir, ela terá que surgir através, inclusive, da tentativa por vários caminhos. O que nós podemos é novamente fazer uma reflexão sobre estes caminhos e entender talvez porque alguns dão certo, outros não dão certo e como é que estas questões foram recolocadas. Não me passa pela cabeça que ao manejar um instrumento, uma metodologia um pouco mais precisa a gente realmente possa ter receitas para como resolver problemas, nem os mais simples, muito menos um tão complicado quanto este.

Só para finalizar, eu gostaria também de encaminhar não uma solução mas apenas mais um problema. Nós pensamos nesta necessidade de juntar esses dois campos, a participação nos partidos e a participação nos movimentos, nós vemos que, por outro lado, há também enorme rejeição, quer dizer, esse isolamento das mulheres não é um isolamento procurado, ele é às vezes desejado. Mas ele é também produto de uma enorme dificuldade que têm os partidos de lidar com as questões das mulheres e de reconhecer as mulheres como realmente atuantes na política. E aí, só para brincar um pouco com a minha formação antropológica eu queria analisar um pouco o que significa o papel do político para nós.

Muito curiosamente, a imagem do político se formos buscar a significação do que é o político no seu sentido positivo, não o político visto negativamente como um manipulador, etc., ele é exatamente um papel que conta com várias características que são também características femininas. Ele em geral tem que ser um homem generoso, tem que ser alguém que escuta os outros, que cuida da causa dos outros, que tem uma missão, que se sacrifica, nada mais usado nos discursos políticos do que a palavra sacrifício e missão), são aqueles que estão cumprindo alguma coisa para o bem da coletividade. Quando se faz entrevistas com mulheres da periferia das grandes cidades, todas elas, como

por exemplo as donas-de-casa, que estão no movimento de creche, lutando pela creche para as outras, elas estão sempre me dizendo que é preciso que a gente se una para lutar pelo bem de todos porque não é o meu problema mas é o das outras, eu estou lutando. Essas mulheres repetindo o papel tradicional da mãe, também são portadoras de uma missão que sempre é uma missão positiva e o bom político também é um homem que não tem uma grande agressividade, é um homem que compõe um consenso, lida com o conflito, que sabe resolver esses conflitos. Se pensarmos bem, são todas as qualidades que atribuímos às mulheres, nem sempre elas têm, mas a gente atribui todas essas qualidades às mulheres. Então, acho que esta simbologia que envolve o trabalho do político, de certa maneira o aproxima tanto de um papel feminino que é preciso construir imediatamente uma enorme diferença. É preciso marcar este espaço como um espaço claramente masculino, primeiro para que ele não seja invadido pela mulheres e segundo para que ele tenha realmente um prestígio e uma significação diferente do trabalho da mulher.

Então, quando a mulher faz política ela está sempre relegaria a um outro espaço, ela faz a política feminina, ela faz um pouco de assistencialismo, ela cuida da assistência social, ela se encarrega talvez dos problemas da educação e isso já está bem. Mas nunca se espera que ela possa fazer a grande política a não ser que ela passe realmente por um processo de *masculinização*, ou seja, ela tem realmente que afirmar a sua agressividade, ela tem realmente que mostrar o seu poder de dominar, ela tem que exercer o papel de político com uma agressividade que aliás é até indesejável nos homens e muitas vezes ela é discriminada por isto. Nós poderíamos dar vários exemplos das mulheres que tiveram um destaque na política e que são todas mulheres que são vistas deste modo, elas são boas políticas, mas é um lado negativo porque é como se elas exagerassem aquilo que é uma condição masculina. São espaços que estão tão próximos que é preciso marcar muito as diferenças. Então é um pouco superficial tudo isto que eu disse, mas acho que aponta para a gente perceber como essa nossa cultura elabora tanto esta questão da participação na política e do papel do político, como político profissional e que realmente há uma grande dificuldade das mulheres penetrarem neste mundo.

De qualquer maneira, o desafio está na nossa frente. Depois deste processo que eu tentei descrever, procurando mostrar que o espaço das mulheres foi de alguma maneira conquistado fica evidente que o que falta é realmente que este espaço se transforme não só no espaço legítimo da reivindicação direta ao Estado, mas também, que se legitime um espaço interno no sistema político para a participação das mulheres. O discurso já está aí na

Comissão Constituinte que foi nomeada, temos pelo menos uma mulher, já é alguma concessão para este papel. É a Florisa Venucci, que foi nomeada para a Comissão Constitucional, e o discurso político está pouco a pouco aceitando esta participação. O desafio que está posto para todas nós mulheres é exatamente entrar neste campo que é masculino levando as nossas qualidades femininas porque parece que eles estão tão próximos que realmente não deve ser muito difícil desde que a gente consiga vencer estas barreiras da tradição.

Endereço para correspondência: CEBRAP,
Rua Morgado de Mateus, 615
04015 - São Paulo - SP.